



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681216 - RS (2021/0225344-7)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : LISANDRO DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LISANDRO DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 5059708-51.2021.8.21.7000/RS).

O paciente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática dos delitos de violação de domicílio, lesão corporal, ameaça e descumprimento de medidas protetivas da Lei Maria da Penha. A defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, e a ordem foi denegado.

Sustenta a impetrante: a) a ausência de fundamentação da decisão que manteve a prisão preventiva do paciente; b) que o presídio em que o acusado se encontra segregado está em péssimas condições; c) a falta dos requisitos legais para a preventiva, asseverando que a gravidade abstrata do delito não serve de fundamento para a medida extrema; d) desrespeito ao princípio da homogeneidade, pois, acaso condenação, o paciente não permanecerá preso; e) ausência de fundamentação quando à necessidade da prisão para a garantia da execução das medidas.

Alega que há excesso na formação da culpa, considerando que o acusado está preso há quase seis meses sem que tivesse ocorrido o encerramento da instrução. Refere que, embora tenha sido realizada audiência de instrução, os respectivos documentos foram desentranhados dos autos.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, em especial porque a decisão atacada trouxe os fundamentos em que se baseia, conforme se vê da ementa a seguir:

HABEAS CORPUS. VIOLENCIA DOMÉSTICA. LEGALIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA JÁ ANALISADA EM WRIT ANTERIOR. DECISÃO QUE REANALISA A NECESSIDADE DA PRISÃO É LEGAL E REITERA OS TERMOS DO DECRETO PREVENTIVO. PACIENTE QUE FOI SOLTO ANTERIORMENTE E VOLTOU A PRATICAR DELITOS CONTRA A VÍTIMA, COM NOVA DECRETAÇÃO DA PRISÃO. RECOMENDAÇÃO DO CNJ. AS CIRCUNSTÂNCIAS DO FATO, ALIADAS ÀS CONDIÇÕES PESSOAIS DO PACIENTE, NÃO RECOMENDAM A SUBSTITUIÇÃO DA SEGREGAÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR E, MUITO MENOS, A CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA, DEVENDO SER MANTIDO O DECRETO PREVENTIVO. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. O PRINCÍPIO DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO NÃO IMPÕE TEMPO EXATO PARA A CONCLUSÃO DE DETERMINADO FEITO OU ATO PROCESSUAL; IMPRESCINDÍVEL É VERIFICAR, EM CADA CASO CONCRETO, A RAZOABILIDADE DO TEMPO DECORRIDO, CONSIDERADAS SUAS PECULIARIDADES. CASO CONCRETO EM QUE, PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, TEM-SE QUE O PROCESSO TRANSCORRE NORMALMENTE, SEM PERÍODO DE INATIVIDADE INJUSTIFICADA OU QUALQUER INDÍCIO DE DESÍDIA NA SUA CONDUÇÃO, INEXISTE EXCESSO A SER RECONHECIDO. ORDEM DENEGADA. UNÂNIME.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente